A CUT hoje e os dilemas da adesão à ordem

MARCELO BADARÓ MATTOS
PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

Os primeiros meses do governo Lula no Brasil não deixam muitas margens de dúvidas quanto à natureza do núcleo central de sua gestão: taxas de juros estratosféricas; superávits primários além das metas, asfixiando completamente as políticas públicas; anúncios de políticas sociais focalizadas e continuidade e aprofundamento das reformas neoliberais levadas adiante na década anterior (começando pela reforma previdenciária, mas já se anunciam a trabalhista, sindical e etc., todas com inequívoco sentido de retirada de direitos dos trabalhadores). Crescimento do desemprego, achatamento salarial e recessão são os resultados mais visíveis desse quadro.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), embora não sem conflitos internos, assume, diante do governo e das políticas por ele levadas a efeito um discurso de autonomia, desmentido por uma prática de subordinação/cumplicidade. Longe de mobilizar suas bases organizadas para resistirem contra a retirada de direitos, a direção da central aposta na participação em conselhos e fóruns criados pelo Poder Executivo — e compartilhados com uma maioria empresarial — anunciando, contra todas as evidências, que das negociações surgirão propostas que atendam aos interesses dos trabalhadores. Tal postura não pode ser adequadamente explicada sem que resgatemos a trajetória da CUT na história recente do Brasil.

A CUT foi criada há exatos vinte anos, em meio a um ciclo do movimento operário (iniciado em 1978) de retomada da iniciativa de promover greves, de crítica contundente à estrutura sindical corporativista, de dinamização da vida interna dos sindicatos, com assembléias massivas e o esforço por organizar os trabalhadores por local de trabalho, além, é claro do papel protagonista que a classe trabalhadora passava a ter no cenário político nacional. Refletindo no calor daqueles acontecimentos, sindicalistas e

analistas do movimento operário qualificaram aquela fase como o "novo sindicalismo". Os anos 1990, porém, foram avaliados como de refluxo, tanto por sindicalistas quanto por estudiosos do tema.

Buscamos aqui explicar tal refluxo e procuramos, na investigação mais detida sobre a trajetória da CUT na história recente do país, encontrar os elementos que permitam avaliar o posicionamento da central frente ao governo Lula como desdobramento de um processo de fôlego mais longo.

Aderindo à lógica do menos pior

Os anos 1990 não permitem um balanço muito positivo sobre o sindicalismo brasileiro. A escalada grevista dos anos 1980 foi interrompida logo no início da nova década. Foram 557 greves em 1992, 653 no ano seguinte, 1.034 greves em 1994, 1.056 em 1995 e, no ano mais agitado da década sob este aspecto, 1.258 greves, que se reduziram, em 1997, para 630 (dados do Departamento intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos – Dieese) — números pouco expressivos quando comparados, por exemplo, com as quase 4 mil paralisações de 1989. Mesmo nos anos em que o número de greves foi elevado, a distância em relação aos momentos de maior mobilização da década anterior foi grande, também pelo fato de o número de trabalhadores envolvidos e do número de jornadas perdidas ter apresentado uma queda bastante significativa.

No interior dos sindicatos, a queda nos indicadores de sindicalização (e em muitas categorias no tamanho de suas bases), as dificuldades das direções em mobilizarem suas bases, problemas de sustentação financeira e as indefinições quanto às opções político-sindicais das lideranças, são alguns dos indicadores de uma situação de refluxo que, com ênfase variada, passaram a ser vivenciados por diversas categorias, muitas das quais na ponta das lutas da década anterior.

Os motivos do refluxo são múltiplos e tem diversas origens.[1] Neste artigo, de forma sintética, busco explicar tal processo a partir de três níveis de proble-

[1] O debate sobre as mudanças de rumo do sindicalismo brasileiro nos anos 1990 já envolve um número significativo de autores e obras. Fizemos uma discussão mais detida do tema e apresentamos uma pequena bibliografia sobre o debate no último capítulo de Marcelo Badaró Mattos. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

mas: as transformações no mundo do trabalho, decorrentes da chamada reestruturação produtiva; a permanência dos elementos centrais da estrutura sindical corporativista e as opções políticas das lideranças sindicais da CUT num quadro marcado pelos condicionantes relacionados aos dois níveis anteriores. Opções que parecem reforçar uma lógica, a da inexorabilidade das transformações relacionadas à reestruturação (e por conseqüência da própria dinâmica do capitalismo), associada à naturalização da estrutura sindical, o que os leva a buscar direcionar o movimento sindical para negociações limitadas, em busca do que poderia ser "menos pior".

Quanto ao processo de transformações no mundo do trabalho identificado como reestruturação produtiva, o acúmulo de análises recentes tornaria repetitivas, para o intuito deste texto, considerações mais gerais. Apenas para fixar alguns elementos importantes para a seqüência da reflexão, destacamos algumas características fundamentais do processo de reestruturação produtiva por que passam as economias capitalistas, em resposta à crise que se seguiu às três décadas de prosperidade do pós-guerra, com destaque para as que afetam mais diretamente as relações de trabalho. Citamos: a) a nova fase da internacionalização do capital, cuja face mais visível é o capital financeiro especulativo, mas que é também marcada, no nível da produção, por uma integração em escala planetária do processo produtivo das grandes empresas transnacionais; b) o encolhimento industrial, no que se refere ao percentual da população economicamente ativa empregada no setor secundário das economias de industrialização avançada (com uma ampliação, não na mesma escala, do emprego em serviços) e à participação do setor na formação das rendas nacionais, embora em paralelo tenha se dado a industrialização acelerada de outras áreas do globo; c) a introdução, com inédita rapidez e generalização, de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra; d) as mudanças nas técnicas de gerenciamento do trabalho e da produção, com incentivo à polivalência do operário, bem como o estímulo a novas formas de colaboração entre capital e trabalho no âmbito da empresa, através de estratégias gerenciais de compromisso dos trabalhadores com o aumento da produtividade; e) uma mudança na composição da classe trabalhadora, processo contraditório que significou, em alguns casos, um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e em outros um retorno às formas mais selvagens de exploração da mão-de-obra, como o

trabalho infantil, acompanhados de um quadro geral de precarização das relações de trabalho.

Em decorrência das novas e precárias formas de contratação provenientes da terceirização, das alterações no nível de qualificação e, principalmente, com o desemprego estrutural, as mudanças no perfil da classe dos que vivem do próprio trabalho foram consideráveis. É equivocada a interpretação que deriva destas transformações conclusões sobre um possível fim da classe trabalhadora, entretanto, a maioria da força de trabalho empregada nos serviços, a participação paritária das mulheres no mercado de trabalho, o grande número de pessoas que vivem entre o emprego e o desemprego (e entre mercado formal e informal de trabalho, entre trabalho em tempo parcial e integral, etc.) são elementos que não podem ser desprezados do ponto de vista de uma mudança no perfil da classe.

Uma última característica significativa diz respeito, justamente, às alterações no papel do Estado. A reestruturação econômica fez-se acompanhar de um duro ataque às formas de intervenção econômica do Estado no pós-guerra, com a chegada aos governos de dirigentes identificados com os projetos neoliberais, que se encarregaram de executar a privatização de empresas públicas, diminuíram a participação do Estado na regulação do mercado e cortaram direitos de seguridade.

Os impactos de tal processo sobre os sindicatos foram evidentes. Entre outros motivos porque: comparações internacionais de produtividade e novas propostas de "trabalho participativo", ou seja, de colaboração entre capital e trabalho, foram associadas à ameaça de desemprego, para conter as mobilizações; houve transferência de plantas para áreas de menor atividade sindical; há uma crescente desregulamentação do mercado de trabalho; encolheram os setores tradicionalmente estruturantes do sindicalismo operário típico, e tudo isto se refletiu em fragmentação das organizações e diminuição da filiação sindical, em várias partes do mundo. No caso brasileiro, este processo é mais visível nas áreas de maior concentração industrial, como no caso de São Paulo.

De outro lado, em relação às propostas apresentadas pelo novo sindicalismo nos anos 1980, o projeto de uma mudança da estrutura sindical, em direção à autonomia e liberdade plena de organização foi frustrado. A Constituição de 1988 garantiu o direito de organização dos funcionários públicos,

sacramentou a possibilidade de criação de centrais sindicais e, conquista mais importante, extinguiu o poder de intervenção do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos. No entanto, permaneceram a unicidade sindical, o monopólio da representação, o poder normativo da Justiça do Trabalho e o imposto sindical. Ou seja, mantiveram-se as bases fundamentais da estrutura sindical corporativista.

Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, a pressão dos sindicatos foi fundamental para, apesar de toda a manobra dos conservadores reunidos no "Centrão", garantir a inclusão na Carta de novos direitos trabalhistas (como a redução da jornada, a regulamentação do trabalho em turnos, a licença maternidade, entre muitos outros). Na discussão da estrutura sindical, entretanto, a capacidade de pressão dos sindicatos foi muito menor. Mesmo entre o sindicalismo cutista, que defendeu o fim da estrutura, foi possível constatar que o poder de mobilização neste caso foi bem mais reduzido que o apresentado nas votações referentes à legislação trabalhista.

Os limites impostos por essa permanência do sindicalismo oficial são sensíveis, por exemplo, nos momentos em que apesar das estratégias variadas de pressão que os sindicatos possam vir a empregar, os resultados da negociação coletiva acabam por ser impostos pela Justiça do Trabalho. Da mesma forma, as organizações sindicais efetivamente representativas dos trabalhadores esbarram em antigos e novos sindicatos "de carimbo" (entidades sem representatividade que adquirem registro sindical e se apresentam a assinar a acordos e a recolher imposto sindical) e em federações e confederações pelegas, cuja garantia de existência não está numa adesão das bases ou numa tradição de lutas, mas na legislação que atribui o monopólio da representação aos sindicatos reconhecidos pelo poder público. A permanência do imposto sindical é o fermento ideal para essas organizações sindicais que, se dependessem apenas da contribuição espontânea dos pouquíssimos trabalhadores a elas filiados, tenderiam a desaparecer.

Dirigindo a atenção para o interior das organizações sindicais, é possível constatar que os limites impostos pela permanência da estrutura sindical também se fazem sentir no cotidiano. Décadas de sindicalismo controlado pelo Estado e de estímulo a um sindicalismo voltado apenas a prestação de serviços assistenciais acabaram por gerar grandes e

dispendiosas estruturas de serviços médicos, espaços recreativos e balcões de serviços, às quais recorrem diariamente milhares de trabalhadores que não encontram opção de atendimento em serviços públicos totalmente deteriorados.

Da mesma forma, a permanência do imposto sindical acabou reproduzindo, mesmo em muitas entidades com lideranças e trajetórias combativas, uma dependência em relação a este dinheiro arrecadado compulsoriamente junto à categoria. Dependência que, embora tenha diminuído consideravelmente na maioria dos sindicatos cutistas, ao longo dos anos 1980 e 1990, continua significativa para muitos sindicatos que, mesmo nesse campo, mantiveram grandes estruturas assistenciais ou sofreram recentemente, como conseqüência da reestruturação, uma queda significativa de filiados.

E não é só do imposto sindical que os sindicatos filiados à CUT e, principalmente, a estrutura nacional da Central, passaram a depender, em termos de fundos públicos. Quem folheia a publicação *Plano Nacional de Formação – 1999*, da Direção Nacional da CUT, custa a encontrar, entre as suas 175 páginas, na maioria voltadas para definir os eixos políticos do projeto de formação, as cinco últimas, dedicadas ao "Projeto Nacional de Qualificação Profissional – CUT Brasil". Nelas está implícita a aceitação da tese defendida pelo governo federal nos anos de FHC, de que o desemprego brasileiro derivava, em grande parte, da falta de qualificação do trabalhador, pois a CUT passa a investir em cursos de re-qualificação profissional, utilizando-se para isso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Indo além, e passando dos textos dos projetos aos dados financeiros, as perspectivas são aterradoras: em 1998 a CUT arrecadou R$ 28.666.695,00, sendo R$ 4.181.191,32 em convênios (R$ 3 milhões vieram do FAT para qualificação profissional); já em 1999, foram da ordem de R$ 53.860.000,00 as receitas da central, o que se explica pela ampliação das verbas de convênios para R$ 27.635.225,99, cerca de 5 milhões a mais que as verbas oriundas de contribuições estatutárias das entidades filiadas. Foram R$ 21 milhões repassados pelo FAT para programas de qualificação em 1999 e, em 2000, R$ 35 milhões foram aprovados pelo conselho do Fundo, para que a CUT aplicasse em programas de qualificação. Isto sem contar as verbas repassadas diretamente a entidades filiadas à CUT. Se, em 1999, 70% das despesas da CUT foram vinculadas aos Programas de Qualificação Profissi-

onal, percebe-se que mudou não apenas a linha política da formação cutista, como também se reduziu substancialmente seu grau de autonomia perante as agências do governo e as entidades empresariais (que participam do Conselho do FAT e dos acordos para rateio de verbas).[2]

Isto para não mencionar a cultura sindical que esta estrutura gera, estimulando o aparecimento de dirigentes mais preocupados em manterem-se à frente dos "aparelhos", desenvolvendo uma espécie de "carreira" sindical, do que em representarem efetivamente suas bases através da delegação conferida pelos mandatos sindicais.

Assim, a permanência da estrutura sindical acabou criando uma situação paradoxal. Os governos Collor e FHC "ameaçaram" o movimento sindical com bandeiras que o novo sindicalismo brandia com vigor nos anos 1980, como o fim da unicidade e do imposto sindical. Obviamente que com objetivos diversos. A reforma da estrutura sindical proposta em fins de 1998 pelo governo FHC institui a pluralidade sindical e acaba com o imposto. Mas, mantém sob o controle da Justiça do Trabalho definir qual sindicato será considerado representativo para fins de negociação e contratação coletiva. Quer dizer, libera a criação de sindicatos, mas mantém o controle do Estado na definição de com qual deles o empresariado celebrará acordo, invertendo o princípio básico de um regime de liberdade de organização sindical, em que a representatividade dos sindicatos depende do número de filiados e de sua capacidade de mobilização. O objetivo dessa proposta é fomentar o sindicato por empresa, parceiro do empresariado — por adesão ou por pressão — na busca do aumento da produtividade e da lucratividade.

Observa-se, portanto, um quadro de condicionantes extremamente negativos para o movimento sindical brasileiro, advindo tanto das conseqüências do processo de reestruturação produtiva, quanto das especificidades oriundas da manutenção das bases da estrutura sindical corporativista.

Porém, frente a esse quadro de condicionantes, não há porque supor que as lideranças sindicais estivessem diante de uma única alternativa. Possibilidades diferenciadas de resposta sempre existem e os debates no interior da CUT demonstram que a "via única" é questionada por setores significativos da central. Analisando, entretanto, a posição que passou a dominar nos

[2] Os dados foram extraídos das seguintes publicações da CUT: *Balanço financeiro 1994-1999*. São Paulo: Tesouraria Nacional, 2000; *Emprego e Renda*, São Paulo, Desep/CUT, n. 3, mai. 2000.

encaminhamentos da CUT e de alguns dos sindicatos mais representativos a ela filiados ao longo dos anos 1990, é possível constatar a predominância de uma concepção que atribui às transformações em curso na economia capitalista um caráter de inevitabilidade.

Em relação à estrutura sindical, os projetos defendidos na formação da Central, de unificação das lutas e das entidades sindicais por ramos de atividades econômicas, sofreram mutações para dar lugar ao debate, nos anos 1990, da proposta do "sindicalismo orgânico", apresentada pelo grupo que detém a maioria da direção cutista, que seria mais tarde superficialmente reformulada e (re)apresentada como proposta dos "sindicatos nacionais". As críticas a tais propostas, centraram-se na constatação de que a nova estrutura proposta pelo grupo majoritário na direção da CUT acabaria com a concepção de sindicato como frente única de trabalhadores, optando pelo modelo europeu dos sindicatos ideologicamente afinados com a Central a qual se filiam. Ressaltou-se também que a nova proposta representaria, se efetivada, um controle centralizado de uma direção da CUT sobre os sindicatos a ela filiados, ampliando o fosso entre lideranças e bases e obstruindo os canais de democracia interna na Central, arduamente construídos pelo movimento.

Não há dúvidas de que a filiação da CUT à Confederação Internacional de Organizações Sindical Livres (Ciosl), em 1992, e a aproximação de dirigentes da Central com as centrais sindicais européias de orientação social-democrática têm tido forte influência sobre a opção por tal modelo sindical. Mas as mudanças, no que diz respeito à organização e democracia interna na CUT, já estavam em curso desde o seu 3º Congresso, de 1988, em que os estatutos da Central foram modificados de forma a ampliar o espaço de tempo entre os Congressos e diminuir o peso da participação de representantes de base e oposições sindicais, ampliando o papel dos dirigentes sindicais na tomada de decisão da central. Relembre-se que este foi o ponto de discórdia principal entre os que fundaram a CUT e os que acabaram na CGT, entre 1981 e 1983. O resultado mediu-se três anos depois. Enquanto no Congresso de 1988 estiveram presentes 50,8% de delegados de base e 49,2% de dirigentes, em 1991, no 4º Congresso da CUT, o percentual de dirigentes delegados tinha subido a 83%, contra 17% de delegados de base. Tal virada dá-se, portanto, antes do impacto maior da reestruturação produtiva e em

paralelo à aprovação da permanência da estrutura sindical na Constituinte. Em seguida, a direção majoritária da Central aprovou, na Plenária Nacional de 1992, a mudança de sua organização vertical, substituindo os Departamentos nacionais e estaduais pelas federações (estaduais e regionais) e confederações nacionais cutistas. Estas, embriões dos "sindicatos nacionais" podem ser criadas a partir dos Departamentos — como ocorreu com os Metalúrgicos, que puxaram o processo — ou podiam ser as próprias Confederações da estrutura sindical oficial — caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Nesse quadro, constatamos que nos anos 1990, apesar do refluxo das lutas sindicais, ocorre um crescimento do número de entidades sindicais filiadas à CUT, o que parece indicar um crescimento formal da central, sem maior repercussão na dinâmica das lutas, ao contrário do que ocorria na década de 1980, quando a filiação à CUT era sinônimo de entrada de um sindicato no circuito das entidades combativas, marcada normalmente por uma ou mais greves da categoria num período próximo. Essa hipótese de um crescimento burocrático cutista, sem maior correspondência participativa, é reforçada pelo confronto entre os dados sobre a representatividade dos congressos da CUT. Se no 3º Congresso, de 1988, estiveram presentes 6.244 delegados, representando 1.157 entidades, no 8º Congresso, realizado em junho de 2003, 2.712 delegados representaram 1.721 entidades. Uma menor representação média por entidade se torna evidente, mas constitui um problema menor diante do fato de as 1.721 entidades representadas em 2003 constituírem apenas a metade das 3.353 entidades que a CUT divulga serem a ela filiadas.[3]

Em relação ao impacto da reestruturação produtiva, por outro lado, os setores majoritários entre as direções sindicais cutistas concebem que, aos trabalhadores, cabe proteger-se dessas mudanças irreversíveis, em especial, proteger seus empregos frente a um quadro de desemprego estrutural que impediria reações mais radicais. No extremo, chega-se a apontar a reestruturação como uma etapa que pode vir a ser positivada pela intervenção dos sindicatos, através do caminho da negociação, da pactuação, com

[3] Dados sobre número de participantes e textos de relatórios dos Congressos da CUT (Concut) citados adiante, estão disponíveis no sítio www.cut.org.br .

os empresários capitalistas. No 6º Congresso da CUT, de 1997, a tradição das teses por tendência foi substituída por um caderno com uma tese única da Direção Nacional. Apresentou-se aí, portanto, de forma mais direta, o entendimento da maioria dos dirigentes cutistas sobre a questão da reestruturação, através de uma proposta sobre o tema em que a preocupação maior era nitidamente afirmar a estratégia da negociação nos termos do capital como a única possível. Assim, afirmava-se que a Central "não se opõe à inovação tecnológica, organizacional ou, em linhas gerais, à modernização industrial". Com dubiedade, comentava-se, em seguida, que "é preciso que se reconheça que a crescente incapacidade do setor produtivo em gerar empregos e incorporar parcela enorme contingente de excluídos do setor formal não se deve somente à crescente difusão de inovações tecnológicas". A conclusão, ao arrepio de todo o acúmulo de discussão no interior do movimento sindical e na mesma linha do discurso empresarial, é a de que o desemprego é gerado também porque há pouca modernização no Brasil. Assim, a referida incapacidade empresarial de gerar empregos estaria também associada: "ao fato de que uma parcela significativa desse setor produtivo não tem sido capaz de se reestruturar e modernizar. (...) Dessa forma, a atitude sindical frente à reestruturação produtiva e à modernização tecnológica deve ultrapassar os preceitos da aceitação passiva ou da recusa a qualquer iniciativa das empresas em promover mudanças."

Através desse tipo de discurso, opera-se um deslocamento no sentido da avaliação tradicional que o movimento sindical acumulou, de que o fechamento de empresas em um processo de abertura econômica é fruto da oligopolização da economia (tendência à concentração de capitais) típica da lógica capitalista, para afirmar-se que é uma incapacidade de modernizar-se, supostamente técnica, que leva ao fim de certos setores da produção. As propostas seguem afirmando que a recusa sindical à inovação mostrou-se, nas experiências internacionais, um facilitador das estratégias patronais de cooptação dos trabalhadores e exclusão dos sindicatos. Em seguida introduz-se a palavra-chave: negociação. Mas, o interessante é que isto se faz não pela afirmação da importância da negociação, mas pela negação das propostas a ela contrárias: "A simples afirmação de que tais negociações são sempre uma forma de cooptação dos trabalhadores para o projeto da empresa não dá conta da complexidade des-

se processo e pode criar um distanciamento entre os trabalhadores e a orientação dos sindicatos".

As deliberações dos fóruns de decisão da CUT orientam e espelham ações sindicais concretas. É possível localizar, em vários episódios da última década, manifestações típicas desta virada na postura de sindicatos e sindicalistas identificados com a CUT. Como nos acordos fechados no ABC paulista, nos últimos anos, entre o Sindicato dos Metalúrgicos e as grandes montadoras de automóveis, sob o peso das ameaças de demissões aos milhares. Lá, no berço do novo sindicalismo, o sindicato acabou por fechar acordos em que aceitou: ampliação do controle empresarial sobre a jornada de trabalho (via ampliação das horas-extras não remuneradas — "banco de horas"); redução de salários (primeiro indiretos, depois diretos) e política de incentivo às demissões e fechamento de postos (via planos de demissão voluntária).

Os trabalhadores, organizados em grande medida a partir das comissões de fábrica, demonstraram em alguns momentos disposição de resistir, como na Volkswagen e na Ford na virada de 1998 para 1999, ou na greve da Volks de 2001. O sindicato, porém, não propôs mobilizações do conjunto da categoria (que marcaram sua trajetória entre o fim dos anos 1970 e a década de 1980), aceitando o modelo de negociação por empresa, em tudo interessante às grandes montadoras. E se tudo foi justificado sob o argumento de manter empregos, o fato é que postos de trabalho continuam sendo irremediavelmente fechados nas indústrias automobilísticas da região.

A situação chegou a tal ponto que, em fins de 2001, quando a direção da CUT lutou no Congresso Nacional para barrar a proposta de Reforma Trabalhista de FHC — que secundarizava os direitos estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), possibilitando que os contratos coletivos de trabalho fixassem acordos que "flexibilizassem" as regras legais —, teve que ouvir dos representantes do governo o argumento de que era justamente isso que estava acontecendo em São Bernardo do Campo, depois que Luís Marinho (então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC) negociou com a matriz alemã da Volks um acordo que diminuía o impacto dos cortes de pessoal da empresa em troca da redução de direitos.

É certo que o desemprego pode ser apontado como um fator estrutural importante para explicar uma alteração de linha de atuação do sindicalismo cutista no ABC em direção a fórmulas pactuadas de relacionamento com o capital,

em contraposição aos caminhos mais combativos de atuação, experimentados na década anterior. Mas, se o desemprego criou o ambiente, não pode ser considerado a única causa da mudança de postura dos sindicatos. Em especial porque as lideranças continuam a apresentar suas posturas, muitas de resultados duvidosos, como avanços e conquistas. Neste caso, é preciso recuar um pouco mais no tempo, em direção aos primeiros momentos em que esta mudança de rumos das lideranças se manifestou de forma mais clara.

Quanto à ênfase na negociação com o capital, o ponto de inflexão foi o chamado "acordo das montadoras" negociado da câmara setorial do setor automotivo, em 1992 (primeira versão) e 1993, até hoje invocado como modelo de solução positiva pelos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Aquele acordo previa redução da margem de lucro empresarial, redução dos preços dos veículos mais baratos, modernização dos parques industriais, limitação das reivindicações salariais à reposição da inflação passada e manutenção (ou ampliação) dos postos de trabalho. A chave do acordo, porém, residia na participação do Estado (nas esferas federal e estadual), que assumia uma redução do Imposto sobre Produção Industrial (IPI, arrecadado pelo governo federal) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, arrecadado pelos governos estaduais). Ao fim do período de vigência do acordo, os lucros das empresas automobilísticas haviam dado grandes saltos, ancorados em um substancial aumento da produtividade, enquanto o desemprego continuava a crescer no setor. Apesar disso, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, afirmava a importância da atuação dos sindicatos nas Câmaras, não do ponto de vista dos resultados, mas por uma afirmação de princípios: "Apresentamos alternativas de crescimento para o país, o que demonstra que não temos nada de selvagens."[4]

Em relação às políticas neoliberais de desmonte dos serviços públicos, a postura da negociação pela negociação foi ainda mais longe, como passou a ficar mais evidente após o episódio do "acordo da previdência", no início do ano de 1996. Naquele momento, o agora presidente da CUT, Vicentinho apresentou-se para negociar com o Executivo e líderes do Legislativo, um acordo

[4] Citado por Teones P. França. *Para onde foi o novo sindicalismo*. Niterói: UFF (Dissertação de mestrado), 2000, p. 146.

em torno da reforma da Previdência. O que estava em discussão era a proposta de reforma do sistema previdenciário que o Executivo apresentara ao Legislativo ainda no primeiro semestre de 1995 e cujas bases seguiam um modelo discutido em diversos países, de redução dos benefícios e aumento tanto da contribuição dos trabalhadores quanto do número de anos que devem trabalhar para poderem se aposentar. Vicentinho priorizou negociar os interesses imediatos dos trabalhadores organizados do setor privado, garantindo a "aposentadoria proporcional", mas referendando o fim da aposentadoria integral para o funcionalismo público e abandonando qualquer preocupação maior com o enorme contingente de trabalhadores precarizados ao aceitar a tese da aposentadoria por "tempo de contribuição", em substituição ao modelo do "tempo de serviço". De nada adiantou que, mais tarde, pressionado pelas bases e sentindo-se "traído" pelos seus parceiros na negociação, Vicentinho tenha vindo a público (com repercussão obviamente menor) dizer que a CUT não apoiava mais o acordo. O projeto voltou a tramitar no Congresso e dele resultou a Emenda Constitucional nº 20, base a partir da qual partiu a proposta de Reforma Previdenciária do governo Lula.

Chama a atenção o fato de Vicentinho ter se sentado à mesa para negociar um mês depois de na França uma grande greve nacional de trabalhadores da área de transporte e serviços públicos ter parado o país e sustado a discussão de um projeto semelhante de reforma da seguridade social.

A CUT de Lula

Nos primeiros meses de 2003, os grupos majoritários na direção da Central, não se cansaram de repetir uma mesma argumentação. A CUT apoiara a eleição de Lula, que simbolizava os pontos comuns entre os princípios petistas e os dos sindicatos cutistas; a expectativa em relação ao novo governo era muito positiva, no sentido de que ele promoveria mudanças em favor dos trabalhadores (com o passar dos meses, com uma pequena nuance, passou-se a afirmar que primeiro era necessário produzir as condições para essas mudanças); por fim, a afirmação vazia de que, apesar disso, a Central manteria sua postura de autonomia frente ao governo.

Assim foi que, em junho de 2003, num 8º Congresso da CUT aberto por um longo discurso de Lula, aprovou-se um texto sobre as relações com o

governo que é exemplar do nível de contradições em que a central se enredou: "Ao reafirmar o princípio da liberdade e autonomia sindical, nossa central coloca-se como um dos principais protagonistas da sociedade, de modo independente, no atual cenário político. Dessa forma, a CUT, fazendo parte do mesmo campo político que as forças que lideram o governo, está comprometida com a vitória do projeto, mas a partir de uma posição específica: a que coloca sua independência frente aos partidos e ao governo."

As imposturas dessa retórica foram logo ficando evidentes. Embora os discursos reforçassem sempre a palavra "autonomia", tal princípio ficava evidentemente comprometido quando vários dirigentes da central (além de muitos ex-dirigentes) passaram a ser indicados pelo governo para cargos públicos e participação (muito bem remunerada) em conselhos de empresas estatais. Foi o caso de João Vaccari Neto, tesoureiro da CUT na gestão 2000-2003, indicado para o Conselho Administrativo de Itaipu, ao que parece como compensação pelo fato de ser preterido na disputa pela indicação para a presidência da CUT na gestão que se iniciou em 2003, frente ao nome de Luiz Marinho, preferido declarado de Lula e também ocupante de um posto de presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, instituído pelo novo governo.[5]

A participação em conselhos, aliás, revelaria outro dos limites da tão decantada autonomia da central face ao governo. Não apenas foram pinçados dirigentes e ex-dirigentes cutistas para comporem conselhos de estatais, como a política do governo Lula de instituir conselhos "tripartites" para buscar construir o "pacto social" foi totalmente encampada pela CUT.[6] Assim, a central ocupou lugares, por exemplo, no Conselho de Desenvolvimento Eco-

[5] Uma lista não completa de quadros oriundos de diversas fases do sindicalismo cutista no governo Lula, dava conta da presença de 22 deles em postos no governo e nas estatais (incluindo seus fundos de pensão). Para citar apenas os oriundos das diretorias mais recentes da central e dos seus mais importantes sindicatos, além de Marinho e Vaccari, é possível listar: Jair Meneguelli, na presidência do Sesi; Guiba, na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo; Carlos Augusto Simões Gonçalves Jr., no Ministério do Trabalho; Oswaldo Bargas, no Ministério do Trabalho; Wagner Pinheiro, na presidência da Petros; Wilson Santa Rosa, no conselho da mesma Petros; Sérgio Rosa, na presidência da Previ; Marcelo Sereno, na Casa Civil, entre outros. Ver, por exemplo, a lista publicada por *Primeira Leitura*, São Paulo, mai. 2003, p. 28.

[6] A idéia de conselhos "tripartites" não resiste a uma análise de classe, pois propõe a reunião de representantes do capital, do trabalho e do Estado, como se este último fosse um corpo neutro de técnicos, não atravessado pelos conflitos de classe.

nômico e Social (CDES), criado por Lula para assessorar o Executivo na elaboração das "grandes linhas" das políticas de governo e, na prática, encarregado de sugerir alterações e legitimar a apresentação das reformas apresentadas pelo Executivo (até aqui principalmente a reforma previdenciária e a reforma tributária). Nos termos da sua definição oficial o CDES: "tem como função assessorar o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas a um novo Contrato Social, que é a base de sustentação das mudanças propostas pelo governo Lula. Para tanto, o CDES tem como desafio articular as diversas representações da sociedade civil a fim de efetivar as reformas necessárias para alavancar o crescimento do país. Ouvir a sociedade — por intermédio dos segmentos corporativos que compõem o conselho — analisar e estudar os caminhos para o consenso, são as principais tarefas que os conselheiros terão de desenvolver durante os dois anos de mandato previstos na legislação".[7]

O resultado desta política de participação pode ser medido pelos resultados já alcançados pelo trabalho do Conselho, e o exemplo da reforma da previdência é suficiente. Composto em sua maioria por representantes do setor empresarial, muitos deles incluídos nas listas dos maiores devedores da Previdência Social no Brasil,[8] o CDES rapidamente referendou o projeto apresentado pelo Executivo, cujo núcleo central é a retirada de direitos dos trabalhadores do setor público (sem nenhum ganho para os do setor privado), criando um nicho novo de mercado para os fundos de pensão atuarem junto ao funcionalismo, empurrado para os braços dos planos de "previdência complementar".

Não bastando ter respaldado o CDES, que aparecia como legitimador da proposta, a direção da CUT manteve-se, nas etapas até aqui percorridas desse projeto, numa posição de completa inoperância na defesa dos direitos

[7] Conforme o sítio da Secretaria encarregada de coordenar o Conselho, www.presidência.gov.br/SDES.

[8] A dívida estimada das empresas com o INSS no Brasil ultrapassa os R$100 bilhões. Entre as grandes empresas que respondem judicialmente por dívidas, muitas vezes, superiores a R$100 milhões, estão os grandes bancos, como Bradesco, Itaú e Unibanco e os conglomerados como o grupo Votorantin, todos devidamente representados no CDES. Para uma lista de grandes devedores do INSS, consultar o jornal *Brasil de Fato*, São Paulo, 15 mai. 2003.

dos atingidos pela reforma, a maioria dos quais filiados a sindicatos da base da Central. Em seu 8º Congresso, a CUT aprovou uma resolução sobre o tema em que listava os pontos que a central defendia para a previdência (muitos dos quais próximos aos defendidos pelo governo, como a idéia de um teto para as aposentadorias do setor público, acoplada à defesa dos fundos de previdência complementar). A resolução do Congresso frisava: "A CUT, da mesma maneira que lutou contra a flexibilização da CLT e o fator previdenciário, medidas que atingiram duramente o trabalhador da iniciativa privada, tudo fará para que os pontos negativos da proposta do governo sejam alterados. Vamos mobilizar nossos sindicatos, pressionar os deputados, apresentar emendas, participar de audiências e atos públicos e utilizar todos os instrumentos de luta que fazem parte da nossa história."

Viu-se logo que nem todos os instrumentos de luta estavam nos planos da direção da CUT, que no primeiro momento se opôs publicamente à greve iniciada pelos servidores públicos pela retirada (depois pela rejeição) do projeto de reforma, enquanto os dirigentes cutistas continuavam defendendo como caminho para a intervenção na tramitação do projeto a elaboração de emendas, apresentadas através de um "processo negocial", termo novo para a velha charanga de evitar o confronto e mostrar disposição para o diálogo, mesmo depois das portas de negociação terem sido fechadas pelo Executivo e as conversas na Câmara não terem incorporado nenhum dos pontos de mudança no projeto original defendidos pela direção da central. Quando finalmente a direção da CUT assumiu que sua tática não tinha apresentado resultados e convocou, na véspera da votação em primeiro turno, os deputados a votarem contra o projeto, o estrago já era irreversível. Uma das dimensões mais visíveis das contradições envolvidas na postura da direção da CUT foram as sistemáticas vaias a que, em proporções inéditas, os dirigentes cutistas foram submetidos a cada manifestação dos servidores, que realizaram uma das maiores greves de sua história. O distanciamento entre os trabalhadores do setor público e a CUT, aí constatado, pode ser o primeiro sintoma de um processo de crise mais ampla da central.

Uma situação crítica que tende a se ampliar com as discussões sobre as reformas sindical e trabalhista, que já estão em andamento. Muitas das medidas anunciadas no primeiro semestre de 2003, como "em estudo" pelo

Ministério do Trabalho, caminhavam no sentido da retirada de direitos — re-batizada de "flexibilização da legislação" no governo anterior —, como a idéia de "flexibilizar" férias, pagamento de 13º salário e de horas-extras. Do ponto de vista do empresariado, todas as manifestações são unânimes em reforçar a idéia de que o custo dos encargos trabalhistas é muito alto, sendo necessário diminuí-los. Já os sindicalistas da direção da CUT, até aqui continuam a dizer que não aceitam diminuição de direitos, mas que estão dispostos a discutir e priorizam o tema da reforma sindical.

Para legitimar suas propostas nesse campo, o governo instituiu um fórum "tripartite" específico, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), composto por 22 representantes sindicais, 21 representantes empresariais, 21 indicados pelo governo e nove representantes das "micro-empresas e novas formas de economia" (ainda não indicados). Dividindo a representação sindical com dirigentes de outras centrais, muitos dos quais apoiadores das propostas de "flexibilização" desde os anos de FHC, a CUT terá pouca margem de manobra para impor limites à retirada de direitos numa eventual proposta de reforma trabalhista oriunda desse fórum. Pesquisa recente entre seus integrantes mostrou, por exemplo, que mais de 60% dos representantes pesquisados é favorável a que acordos entre trabalhadores e empregados prevaleçam sobre a legislação trabalhista, ponto central da proposta apresentada em 2001 pelo governo FHC.[9]

A forma encontrada pela CUT e pelo governo para atenuar o impacto da discussão foi iniciá-la pelo ponto da legislação sindical, em que há maiores consensos entre as partes e chancela governamental para propostas como a de reconhecimento oficial (mediante critérios de representatividade fixados em lei) das centrais sindicais, regras para o fim do imposto sindical, liberdade de organização sindical, entre outros pontos mais polêmicos. A julgar pelo projeto piloto apresentado no primeiro semestre pelo hoje deputado Vicentinho, relator no Congresso da Comissão Especial da reforma da legislação sindical, as propostas podem caminhar no sentido de remover da legislação corporativista ainda em vigor várias barreiras à autonomia sindical, bem como da legitimação das centrais como instâncias de negociação

[9] *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 set. 2003, p. 3.

(abrindo caminho para um modelo próximo ao Europeu), mas com abertura para a organização de sindicatos de empresa, ou de planta fabril, tão almejados pelos patrões.[10]

Um cenário possível, a julgar pelas declarações de várias partes, é o de uma negociação no Fórum que legitime uma proposta de reforma trabalhista na linha da "flexibilização", em troca da aceitação de alguns pontos da proposta cutista de modelo sindical. Afinal, como afirmou o Ministro do Trabalho, o ex-sindicalista cutista Jaques Wagner, ao afirmar a importância do Fórum, como embrião do "pacto social": "Ninguém pode imaginar que vai sair do fórum com as propostas que defendia na entrada. Não vai funcionar. Temos que negociar e fazer composições."[11]

Tal lógica da construção de consensos negociados no FNT foi assumida pelos representantes da CUT. O modelo de questionários apresentados pelos representantes do governo, direcionando o debate dos integrantes do fórum para os temas e sugestões previamente estabelecidos foi aceito sem questionamentos e os primeiros "consensos" já estão sendo anunciados pelos representantes da CUT, como: "A promoção e a sustentação do diálogo social são instrumentos fundamentais para o futuro virtuoso das relações de trabalho no Brasil. O diálogo social somente será fortalecido mediante a consolidação de organizações sindicais fortes e representativas." [12]

Não será surpreendente se o resultado desse processo for uma nova proposta legislação, em que negociações coletivas tenham precedência sobre a lei; com as centrais legitimadas para negociar contratos coletivos nacionais muito genéricos, naqueles ramos em que a tradição organizativa é maior; e em que o núcleo principal das relações de trabalho, no que diga respeito à

[10] O projeto de reforma sindical apresentado pelos deputados Vicentinho e Maurício Rands constitui a Proposta de Emenda Constitucional nº 29/2003. Nas suas justificativas está explícito que o projeto torna "possível a criação de um sindicato por empresa", entre outros modelos sindicais. É bom lembrar que, quando a CUT apoiou uma proposta que liberava a organização sindical das amarras da legislação corporativista do sindicato único, na constituinte de 1988, aquela proposta contemplava uma base mínima municipal para a constituição de sindicatos de categoria ou ramo e para a validade das negociações coletivas.

[11] *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 set. 2003, p. 4.

[12] *Boletim da Reforma Sindical e Trabalhista*, n. 1. Disponível em: <http://www.cut.org.br/sno/Boletim_001_03.pdf>.

jornada, hora-extra, férias, 13º salário, licenças e etc., seja definido em acordos de cada empresa com entidades sindicais de base mínima de representatividade e, portanto, pouco poder de mobilização e pressão.

Algumas considerações finais

Numa síntese muito rápida é possível concluir que as relações entre a direção da CUT e o governo Lula são de ativa parceria porque há acordo substantivo na forma como o governo vem encaminhando a discussão das suas políticas setoriais em relação aos trabalhadores (reformas previdenciária, trabalhista, sindical...). Afinal, ao longo dos anos 1990, a CUT não defendeu os caminhos de negociação pactuada entre capital e trabalho como a forma privilegiada de evitar maiores perdas para os trabalhadores, assumindo como inexoráveis as conseqüências da forma predatória como o capital tenta reestruturar-se para superar sua crise estrutural? O que o governo faz agora, através muitas vezes de operadores políticos recém-saídos dos quadros dirigentes da CUT, é transformar a lógica da "negociação" em chave para apresentar as propostas que formula (ou aceita dos formuladores externos, leia-se Fundo Monetário Internacional, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, etc.) como legitimadas pelos representantes da sociedade civil.

Resta saber se, as bases hoje filiadas à CUT, diante do agravamento de um quadro já insuportável de desemprego, queda salarial e perda de direitos, até aqui reforçado pelas políticas do governo Lula, aceitarão passivamente a posição de colaboração ativa com o governo por parte da direção da central. A resposta do funcionalismo público, durante a greve contra a reforma da previdência, foi uma primeira indicação negativa. Trabalhemos para que outras venham em breve.